

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE  
2022**

(Do Sr. ELIAS VAZ)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), como o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalize o Programa Farmácia Popular.

Senhor Presidente:

Proponho a Vossa Excelência, com base nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, e nos termos do art. 100, § 1º, combinado com os arts. 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, em concurso com o Tribunal de Contas da União (TCU), do Programa Farmácia Popular, a fim de apurar as denúncias de fraudes e desvios de recursos públicos.

**JUSTIFICAÇÃO**

Instituída pela Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, o programa Farmácia Popular do Brasil foi criado com o objetivo de oferecer à população uma alternativa de acesso aos medicamentos considerados essenciais.

Na modalidade de parceria com as farmácias e drogarias da rede privada, o Programa subsidia até 100% do valor de determinados medicamentos vendidos no varejo (sistema copagamento). Basta o comerciante cadastrado declarar a venda no sistema informatizado que



operacionaliza o convênio para, no mês seguinte, receber um depósito com o repasse da quantia referente à droga dispensada.

Foi exibido no Programa Fantástico<sup>1</sup>, no dia 15/05/2022, o resultado de uma investigação jornalística sobre desvio de dinheiro público do Programa Farmácia Popular do Governo Federal. Entre as fraudes, que provocaram um rombo milionário nos cofres públicos, tem até farmácia fantasma.

As fraudes já aparecem no aplicativo do “Conecte SUS”, onde aparece a retirada de remédios pelo cidadão, mas que na verdade nunca foi retirado ou solicitado pela pessoa.

Os remédios liberados irregularmente são da Farmácia Popular. O Programa oferece remédios para diversas doenças como hipertensão, asma, diabetes e colesterol alto. Na maioria dos medicamentos não há custo nenhum. Em outros casos, o desconto chega até 90%.

As principais artimanhas dos golpistas atualmente são a compra e a venda das chamadas farmácias populares. Principalmente, para aplicar golpes e driblar a burocracia, porque o processo normal para ter um estabelecimento credenciado no “Farmácia Popular” costuma ser demorado. Além disso, o governo suspendeu temporariamente novos credenciamentos. Por isso, o fraudador compra o CNPJ de drogarias já habilitadas pelo governo. O programa tem um orçamento robusto. No ano passado o Ministério da Saúde pagou 2,5 bilhões de reais para mais de 30.000 farmácias credenciadas.

A Polícia Federal investiga uma quadrilha de Goiás que agia com farmácias fantasmas. O desvio chega a cerca de R\$ 10 milhões. O Delegado Franklin Medeiros afirma que *“uma organização adquiria essas farmácias única e exclusivamente para promover fraudes no sistema da Farmácia Popular. Promoviam lançamentos fraudulentos no sistema utilizando o CPF de terceiros”*.

O jornalista que investigou essas fraudes, pediu junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a lista de farmácias que mais desviaram recursos do programa e que foram condenadas pela justiça. Em terceiro e segundo lugares estão duas farmácias de Goiás. Uma deu um prejuízo de

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/05/15/cgu-aponta-r-26-bi-em-desvios-do-farmacia-popular-empresas-do-rs-estao-entre-as-campeas-de-fraudes.ghtml>.



novecentos e sessenta mil reais e a outra de oitocentos e oitenta mil reais. Em primeiro lugar ficou uma drogaria do Ceará que embolsou um milhão e cem mil reais.

Na lista das dez farmácias campeãs em fraudes, está uma empresa localizada em Cachoeira do Sul. Acórdão do TCU mostra que até mortos aparecem na lista de liberação de medicamentos da farmácia.

A mesma situação foi identificada em Lagoa Vermelha, município do Rio Grande do Sul, no qual uma dona de farmácia foi denunciada pelo Ministério Público Federal. Segundo Letícia Carapeto Benrdt, Procuradora da República, *“os auditores foram atrás do médico prescritor da receita e o próprio médico diz que a assinatura não é dele. Que ele não prescreveu aquela receita. Ou que ele não atendeu aquele paciente”*.

Um relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) revela um rombo de R\$ 2,6 bilhões de reais na Farmácia Popular entre os anos de 2015 a 2020. É mais que o valor gasto pelo programa em 2021.

Nesse sentido, diante de todo o exposto, em face dos vultosos valores citados, bem como das denúncias de fraude e malversação dos recursos públicos ocorridas, percebe-se a relevância de realizar ato de fiscalização e controle nesse programa, de modo a acompanhar o seu aprimoramento e a implementação das sugestões feitas pelos órgãos de controle. Faz-se necessária, assim, a instauração desta Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) como meio apropriado para acompanhamento do programa. Contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

Deputado ELIAS VAZ

2022-4510

